

Sarney prega união para estabilizar

sábado, 2/5/87 □ 1º caderno □ 15

preço e salário

Brasília — “Vamos sentar à mesa. Se sentarmos, voltaremos àqueles bons tempos do Plano Cruzado”, conclamou ontem à noite o presidente José Sarney, em pronunciamento transmitido por uma cadeia de rádio e televisão, em comemoração ao Dia do Trabalho, onde ele prega a “união nacional” como uma meta para um “entendimento que ajude a estabilizar salários e preços”.

Ele afirmou que seu governo tem “um crédito de dois anos de paz no Brasil”, lembrando que nesse período não houve insubordinação nem violência política. “Dois anos de paz, nos quais tenho certeza de que está presente o meu esforço de pacificar, de unir, de ouvir. Isto me tem custado grandes cobranças. Aquilo que é virtude passou a ser defeito”, lamentou Sarney.

Nação dividida

Em tom grave, em seu pronunciamento de 15 minutos, o presidente José Sarney afirmou que ao assumir o governo encontrou, além da tragédia com a morte de Tancredo Neves, “uma nação dividida, carregada de violência; divididos os partidos em grupos e subgrupos ideológicos; campanha contra as Forças Armadas; grupos reivindicantes que, na clandestinidade, tinham empunhados armas; facções ideológicas radicais”. E completou: “Todos esses segmentos nós procuramos harmonizar.”

No programa semanal *Ao pé do rádio*, que foi ao ar pela manhã, o presidente reconheceu que a inflação está “em termos quase insuportáveis”. No pronunciamento da noite, citou as 2 mil 282 greves enfrentadas por seu governo no ano passado, que envolveram 40 milhões de trabalhadores, “sem nenhum incidente grave, sem nenhuma violência, mas, evidentemente, esses dados, por si sós, mostram que nenhuma economia pode conviver com a instabilidade dentro dessa área de grande turbulência”.

Eu apelo aos trabalhadores para, juntos, resolvermos os problemas e renovar aquela minha mensagem, que não é de hoje, é do primeiro dia, é de sempre, em favor da união nacional — afirmou. Mais adiante, completou que, para o Brasil ser “uma grande nação, é preciso uma decisão de fazer juntos, trabalhadores, empresários e governo”.

Arquivo — 5/3/87

Presidente destaca papel do gatilho

Eis a íntegra do discurso presidencial: “Trabalhadores, brasileiras e brasileiros. Uma mensagem pelo Dia do Trabalho. Uma mensagem do cidadão e do presidente. Hoje não é um simples feriado. Esta data é uma recordação da luta gloriosa da classe trabalhadora do mundo inteiro para fugir à exploração, para estabelecer condições dignas na relação capital-trabalho e para evitar o esmagamento do mais fraco pela lei do mais forte.

Felizmente, hoje, no mundo inteiro há uma consciência: é impossível existir uma sociedade, em que o trabalhador não tenha direito a salário justo, forte mercado de trabalho, garantias efetivas à saúde, bem como organizações que defendam seus direitos, em absoluta liberdade.

Nenhum governo neste país, em tão pouco tempo, fez tanto pela classe trabalhadora, não só naquilo que se refere a reivindicações materiais, mas também quanto à participação e importância dos trabalhadores na vida do país.

Vamos lembrar: legalizamos as centrais sindicais, possibilitando que elas participassem da vida nacional à luz do dia. Demos anistia a todos os sindicalistas punidos; acabamos com as intervenções nos sindicatos. Não existe nenhum processo contra dirigente sindical com base na Lei de Greve em nenhum lugar deste país. Criamos, para tornar rápido o processo trabalhista, 106 novas Juntas de Conciliação e Julgamento, três Tribunais Regionais do Trabalho; estamos remetendo ao Congresso projeto de lei propondo a criação de novas juntas e novos tribunais. Só os trabalhadores despedidos, aqueles que não receberam os seus salários, sabem o que isso significa. Recentemente, obrigamos que essas indenizações trabalhistas tivessem correção monetária e juros, para evitar que o retardamento no pagamento dessas indenizações fosse sempre um bom negócio para os maus empresários. Reconhecemos mais de mil sindicatos, democratizamos e desburocratizamos as eleições sindicais. O movimento sindical brasileiro é hoje um movimento atuante, prestigiado, livre, como nas grandes nações democráticas do mundo ocidental. E, também, os nossos trabalhadores, hoje, participam, na Nova República, do conselho da Sudene, da mulher, da defesa do consumidor, dos cálculos do índice do IBGE e de muitos outros organismos. Nomeei o trabalhador José Calixto Ramos, presidente da Confederação dos Trabalhadores da Indústria para o Conselho Monetário Nacional, assim possibilitando à classe trabalhadora opinar de uma maneira mais efetiva sobre as graves decisões na economia e também em outras questões nacionais.

Aspirações antigas das classes trabalhadoras, como salário-desemprego, salário móvel, foram rapidamente atendidas pelo atual governo, um avanço muito grande. Dezenas de milhares de trabalhadores vêm se beneficiando do salário-desemprego, com recursos do Tesouro Nacional; e o presidente, aberto sempre ao diálogo, reúne-se com os trabalhadores, com eles discute pacientemente os problemas nacionais e deles ouve e deles acolhe reivindicações. Por quê? Porque o presidente tem sensibilidade para a situação da classe trabalhadora e suas reivindicações e deseja que ela, cada vez mais, participe da política econômica e financeira do país.

Na elaboração do Plano Cruzado, colocamos o gatilho, isto é, o reajustamento dos salários, toda vez que a inflação atingir 20%, inclusive do salário mínimo, das aposentadorias, das pensões e de todos os benefícios. Estamos com o custo de vida alto, mas temos o mecanismo do gatilho, que defende a classe trabalhadora assalariada. Tantas medidas, tantas providências, mostram com fatos, e não com palavras, a visão social do

governo e apontam como os únicos privilegiados da Nova República os pobres.

Brasileiras e brasileiros

Há dois anos, ao assumir o governo, eu encontrei a tragédia, a morte do presidente Tancredo Neves; a nação dividida, carregada de violência; divididos os partidos em grupos e subgrupos ideológicos; campanha contra as Forças Armadas; grupos reivindicantes, que, na clandestinidade, tinham empunhado armas; facções ideológicas radicais. A todos esses segmentos nós procuramos harmonizar, porque o país precisava ingressar numa era de paz, de consolidação do processo democrático e do poder civil. Fizemos eleições para prefeitos das capitais em 1985, bem como para os municípios considerados de segurança nacional; legalizamos os partidos clandestinos. A ninguém nós discriminamos.

Em 1986, fizemos o Plano Cruzado, que deu um ano de felicidade ao povo brasileiro; fizemos eleições para deputados, governadores, senadores, e hoje temos instalada a Assembléia Nacional Constituinte, discutindo o rumo do futuro da nação. Estes dois anos foram anos de liberdade absoluta, ninguém foi perseguido, ninguém foi segregado. O governo não tem ódios. Exercita o diálogo e a conciliação. Temos hoje um crédito de dois anos de paz no Brasil. Não tivemos uma manifestação sequer de insubordinação ou de violência política, que acomete os países do mundo inteiro. Nada manchou de sangue a estrada da consolidação da nossa democracia. Dois anos de paz, nos quais tenho certeza de que está presente o meu esforço de pacificar, de unir, de ouvir. Isto me tem custado grandes cobranças; aquilo que é virtude passou a ser defeito. Acho que essa obra de engenharia política é necessária para consolidar a democracia: a transição democrática que necessita, mais uma vez. E eu afirmo, paciência e determinação. Mas essa responsabilidade não é somente minha. Ela tem que ser de todos nós brasileiros. Enfrentamos, em 1986, 2 mil 282 greves, que envolveram 40 milhões de trabalhadores, sem nenhum incidente grave, sem nenhuma violência, mas, evidentemente, esses dados, por si só, mostram que nenhuma economia pode conviver com a instabilidade dentro dessa área de grande turbulência. Agora mesmo, vive o nosso país uma exacerbada onda de reivindicações, reivindicações muitas delas impossíveis de atender. Eu apelo aos trabalhadores para, juntos, resolvermos os problemas e renovar aquela minha mensagem, que não é de hoje, é do primeiro dia, é de sempre, em favor da união nacional. União para estabelecermos um entendimento que ajude a estabilizar salários e preços e fazer aquilo que é possível fazer. Vamos sentar à mesa. Se sentarmos, voltaremos àqueles bons dias do Plano Cruzado. Plano Cruzado que até hoje deixa grande saudade no povo brasileiro. Voltaremos aos preços estáveis, salários com poder de compra. O que não podemos é continuar nessa corrida sem fim das altas taxas inflacionárias. Creiam, creiam que o governo pode muito, mas o governo não pode tudo. Povo e governo juntos é que podem tudo. A solução dos problemas brasileiros, graves, que estão aí, é de cada um, como dizia Tiradentes, quer dizer, nós seremos uma grande nação, resolveremos os nossos problemas. Para alcançarmos isso é apenas preciso a decisão de fazer juntos, trabalhadores, empresários e governo. E nada melhor para homenagear os trabalhadores brasileiros nesta data, do que dizer-lhes que os nossos problemas são problemas de um grande país, de um grande futuro, de um país em crescimento, de um país que tem como um dos ângulos desse seu amadurecimento a presença da classe trabalhadora que ocupa cada vez mais um grande espaço, e é uma grande máquina que constrói essa nossa pátria. Que Deus ajude o Brasil. Boa noite e muito obrigado”.